



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA - CEUB

PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

ANA CLARA GALVÃO D'ÁVILA DE ARAÚJO

**INVESTIGAÇÃO SOBRE A SUBJETIVIDADE DAS MULHERES FRENTE ÀS
VIOLÊNCIAS VIVIDAS EM SITUAÇÃO DE RUA: UM ESPAÇO DE FALA.**

BRASÍLIA

2023

ANA CLARA GALVÃO D'ÁVILA DE ARAÚJO

**INVESTIGAÇÃO SOBRE A SUBJETIVIDADE DAS MULHERES FRENTE ÀS
VIOLÊNCIAS VIVIDAS EM SITUAÇÃO DE RUA: UM ESPAÇO DE FALA.**

Relatório final de pesquisa de Iniciação Científica apresentado à Assessoria de Pós-Graduação e Pesquisa.

Orientação: Dr. Leonardo Cavalcante de Araujo Mello

BRASÍLIA

2023

Na esquina da minha casa

O medo bate à minha porta

da janela vejo a rua e muito sangue à minha volta.

*Vejo choro, vejo guerra machismo por toda parte
assédio tomando conta é mais um homem
covarde.*

*É mais uma mulher que grita na esperança de
viver*

É mais um fato ao meio dia passando pela TV.

*Pra que lado olho agora? Quem será que vai me
ouvir?*

*Só por causa de uma saia a culpa toda vem pra
mim?*

Todo dia uma luta

*Todo dia um sofrimento colocam a mão em
minha boca*

depois vivem o lamento.

Cultura do machismo me tira a existência

*pela morte de mais uma todas gritam
RESISTÊNCIA.*

(Autor desconhecido, Estudante na Escola
Estadual João Goulart)

RESUMO

A presente pesquisa tem como foco os processos de subjetivação e invenção do cotidiano, produzidos por mulheres em situação de rua, em tem como princípio as narrativas construídas a partir do viver dessas mulheres, ex-moradoras ou ainda residentes de rua, que busca-se ampliar o lugar de fala sobre o dia-a-dia de enfrentamento as desigualdade, luta de gênero e as garantias dos direitos de pessoas em situação de vulnerabilidade social severa. Esse projeto tem por objetivo geral compreender a vivência de mulheres em situação de rua e os devidos apetrechos políticos públicos que as permeiam, e objetivos específicos (a)desenvolver a confecção de um espaço de fala legítimo ; (b) expor o cenário brasileiro atual de violências e acolhimentos a esta população; (c) compreensão sobre a subjetividade das locutoras entre significante e significado que comunica suas vivências. Esse projeto defende a ideia de que o viver nas ruas é permeado por inúmeras violências, crises, mas que o seu resistir frente às necropolíticas aplicadas, necessitaria por sua vez uma visão criativa, potente e legítima para continuar na sobrevivência e no viver. As bases teóricas caracterizam a violência de gênero, o cenário e breve história das pessoas em situação de rua (PSR), reflexões sobre as mentiras de subjetivação frente a essas violências do sistema. Metodologicamente, foi utilizado de três entrevistas semi-estruturadas, que para a análise foi utilizado a Análise de Conteúdo (Bardin, 1977). Os eixos de análise são: “Caracterização das participantes” para que o leitor compreenda o contexto de vida dessas mulheres que ocasionou sua estadia nas ruas; “Fatores de risco para população das ruas” busca abordar os fatores negativos compartilhados por elas por meio das falas frente ao cenário; “Fatores protetivos pela assistência pública”, pontua algumas estruturas que são entendidas como benéficas para essas mulheres frente às inúmeras violências vivenciadas; e “A subjetividade frente às ruas” em que busca analisar concepções ideológicas presentes nos discursos e suas contribuições para saúde mental dessas.

Palavras-chave: pessoa em situação de rua; mulheres; Psicologia Social.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	6
1.1 OBJETIVOS	9
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	9
3. MÉTODO	15
3.1 SUJEITOS E LOCAIS DA PESQUISA	16
3.2 PROCEDIMENTOS	16
3.3 ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES CONSTRUÍDAS	18
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	19
4.1 CARACTERIZAÇÃO DAS PARTICIPANTES	19
4.2 FATORES DE RISCO PARA POPULAÇÃO DE RUA	22
4.3 FATORES PROTETIVOS PELA ASSISTÊNCIA PÚBLICA	25
4.4 A SUBJETIVIDADE FRENTE ÀS RUAS	29
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	32
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	34
APÊNDICES	36
APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA	36
ANEXOS	37
ANEXO A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	37

1. INTRODUÇÃO

Viver nas ruas configura-se como um problema global evidenciado em seus diferentes índices, principalmente em centros urbanos de médio e grande porte. Assim, tornou-se um desafio quantificar a população em tal condição e estabelecer definições sobre o que consiste estar em situação de rua, considerando-se as diferentes realidades de cada país, apesar de a invisibilidade e a marginalização estarem presentes em todas (Biscotto, 2016).

No que diz respeito à realidade brasileira, um dos censos mais significativos sobre população de rua em São Paulo foi realizado em 2015. Este registrou 15.905 pessoas nessa condição da moradia nas ruas, número significativo quando comparado aos dados dos anos 2000, cujo quantitativo era de 8.706 pessoas (Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, 2015). Desse modo, demonstrou-se um crescimento de aproximadamente 183% em 15 anos.

Já no cenário do Distrito Federal, expõe-se o cenário de aumento em 301 pessoas em situação de rua entre 2019 e 2021, como aponta a CODEPLAN em “Perfil da população em situação de rua no DF” (2022), havendo um total de 2938 sujeitos nesta vulnerabilidade. A população é caracterizada em sua parcela pela representatividade: o critério raça-cor, segundo o qual 42,2% são pardos, 40,4% negros e 16,5% brancos; o critério gênero, em que 25,4% por cento da população é autodeclarada feminina; o critério faixa etária, que abrange 319 crianças – das quais apenas 8,9% estudam –, 221 adolescentes – cuja maioria (86,4%) possui o Fundamental Incompleto – e o restante é composto por adultos, dos quais 59,6% tinham entre 22 a 40 anos; quanto à escolarização, 69% assemelhavam-se ao cenário da adolescência, não tendo completado o Fundamental (Gatti & Pereira, 2011). Em estudo mais recente, mostra-se que no Brasil a comunidade de rua entre 2012 e 2020 teve um aumento significativo de 143%, consoante pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2011) com a diminuição das pessoas que se autodeclararam pardas e o aumento em 15% das autodeclarações negras.

Com a pandemia do coronavírus, a incerteza sobre o futuro econômico fez-se presente. Isto porque, com a impossibilidade de determinar o tempo de duração da crise, a instabilidade na abertura e consumo no comércio, o aumento no imposto tributário em diferentes setores, além da demissão em massa de diversos trabalhadores, como aponta o Ministério da Economia (GOV, 2020), com mais de 800 mil trabalhadores precisando solicitar

o auxílio emergencial, fez-se presente a volta do país ao mapa da Fome, o aumento exponencial da desigualdade social etc.

Assim, na capital do Brasil, o resultado foi o aumento em 20% da comunidade de rua (Secretaria de Desenvolvimento Social -Sedes-, 2021), a qual vem sendo vítima de diversas violações dos direitos humanos, violências raciais, sanitárias e de gênero. Um exemplo disso é ilustrado pelo ofício direcionado ao Governo do Distrito Federal (GDF) nos dias 19 a 28 de julho de 2020, o qual mostra que, durante o isolamento social, as moradoras de rua das regiões do Setor Comercial Sul, Rodoviária do Plano Piloto e Praça do Relógio - em Taguatinga- obtiveram seus pertences apreendidos ou estragados por meio de chutes, rasgões e agressões diversas, além de sua documentação recolhida. Assim, fazendo-as 'invisíveis', inclusive nos tocantes dos direitos cidadãos (Galvão, 2012).

A estruturação das violências cometidas é concebida por relações verticalizadas (Foucault, 2005), em que essa parcela da população é despersonalizada, transformada em objetos à margem. O ato de não reivindicar a horizontalidade dessas relações significa posicionar-se a favor do opressor, não abrir espaços de um reconhecimento da alteridade como singular e dotada de direitos (Constituição Federal, 1988, Art. 6; Freire, 1968;). Significa a omissão pela liberdade constitucional e pela reivindicação de direitos básicos. Direitos estes que foram grandes mobilizadores durante a Ditadura Militar Brasileira e no processo de redemocratização (Gaspari, 1990).

Neste sentido, sobre a experiência de moradia em situação de rua, o estudo etnográfico de Donoso (2013) aponta que o uso das drogas é visto como fator estruturante na vida dessas pessoas. Entretanto, essa é apenas uma das partes que compõem a subjetividade das mulheres ao ir para a condição de rua, principalmente quando levados em consideração os altíssimos índices de violência doméstica e feminicídio no Brasil (Morin, 1999). Ou seja, as drogas são utilizadas como mecanismo de fuga ou esquiva perante o real problema, sendo este identificado como a alta desigualdade socioeconômica-cultural.

Assim, a vivência feminina demonstra que a experiência das participantes, em situação de rua, reflete a violência pregressa sofrida desde a infância – abuso emocional e físico, exploração financeira, maus-tratos, intimidação sexual, estresse ambiental, exposição ao crime e subjugação sistemática – que subsiste na realidade social das ruas (Lewinson, 2014).

Em relação às políticas públicas (PP), o Modelo Albergue, os consultórios de rua e o Centro POP são estratégias destinadas ao abrigo e atendimento às necessidades dessa comunidade. Tal equipamento social tem como intuito criar dignidade, conforto, comida e segurança para pessoas com vulnerabilidade social (Palepu, 2012), além da implementação dessas PP com as diretrizes da Atenção Básica da rede Sistema Unificado de Saúde (SUS). Entretanto, a problemática está na viabilização da implantação, no sentido de as equipes conseguirem compreender as singularidades inscritas e, no acompanhamento longitudinal dessa comunidade, buscar a reinserção desses indivíduos a moradias seguras, a partir de tratamentos diversos. Resume-se na manutenção dos direitos cidadãos e seu ajustamento, se necessário, a esta população.

Como procedente da Lei Distrital nº 6.691, chamada de Política Distrital para população em situação de rua, convoca a comunidade acadêmica para a produção e divulgação de conhecimento sobre essa população inviabilizada (CODEPLAN, 2020). Desse modo, justifica-se a necessidade de seguimento deste estudo pelo recente comprometimento do GDF de compreender a subjetividade, os fatores de risco e a proteção dessa comunidade, além da adesão e adaptação das PP.¹ Ademais, esta produção contribui com a parcela específica feminina, na mobilização do Distrito Federal, para mapear e traçar um perfil de toda a população em situação de rua, das suas respectivas regiões (Agência Brasil, 2021).

Além disso, apesar de a população feminina ser menor em tal realidade, a situação de rua, vinculada aos processos machistas, patriarcais e raciais, faz com que as mulheres se tornem mais vulneráveis nesse cenário (Biscotto, 2016). Isto é, por viverem em um contexto permeado por violências, preconceitos, desigualdade de gênero e de direitos sociais, as mulheres são as mais afetadas pelos problemas de infecções pela falta de higiene, gravidez indesejada, estupro, assédios morais e sexuais, entre outros (Lei Maria da Penha, 2006). Assim, a partir da construção histórica mundial de marginalização desses sujeitos, não se pode temer o debate e a análise a respeito da sua realidade, na tentativa de reforçar estruturas opressoras ou até mesmo ignorar o cenário de calamidade pública. Como já diria Freire (1968), “Não pode fugir à discussão criadora, sob pena de ser uma farsa” (Freire, 1968, p. 108).

¹ Abreviação de Política Pública

Perante o atual cenário político, mostram-se construídas as ideologias, atualmente dominantes, de desmonte das políticas públicas, dentre elas as campanhas contra a fome, em que a situação atual retoma ao cenário de 2004. Atenta-se que esse agravamento em 2020 não se dá somente pela crise sanitária da COVID-19, mas também é resultado do descrédito de políticas sociais de segurança alimentar e nutricional que ocorrem no Brasil desde 2015 (FJP GOV., 2020). Afinal, infelizmente o cenário de desmonte, falta de verba e corrupção brasileira se faz presente tanto no tocante à alimentação, quanto às inúmeras violências repercutidas na situação de rua.

Dada a estreita relação deste grupo populacional com as iniquidades sociais em saúde, denota-se a importância de a Psicologia se aproximar deste público-alvo no campo prático e teórico. Espera-se, desse modo, que, ao se propor tal movimento, esta área de conhecimento sustente suas ações em evidências científicas, com vistas a qualificar o cuidado e a assistência a essa parcela populacional, além de também dar voz a esta parcela -feminina- e promover uma compreensão crítica sobre as PP já existentes. Afinal, “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção” (Freire, 1968, p. 44).

1.1 OBJETIVOS

As perguntas norteadoras que direcionam os objetivos da pesquisa são: Como se dá a subjetividade das mulheres que vivem em situação de rua? E, ao considerar a conjuntura delas, quais são suas expectativas de vida? Desse modo, para atender a essas indagações, o presente estudo tem como objetivo geral a compreensão das vivências de mulheres no recorte geográfico da comunidade do Distrito Federal em situação de vulnerabilidade social, em específico moradoras de rua, perante os diversos apetrechos de políticas públicas.

Assim, o objetivo específico é desenvolver a confecção de um espaço de fala legítimo que retire essas mulheres das condições de Invisibilidade. Isto é, visa-se criar o lugar de fala (Ribeiro, 2019) para suas vivências como forma de expor o cenário brasileiro atual de violências e acolhimentos a esta população, além da compreensão sobre a subjetividade das locutoras entre significante e significado que comunica suas vivências.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A organização de tarefas do convívio social num percurso histórico demonstra a estruturação patriarcal, cujas relações pressupõem a obtenção de um dominador-submisso

estereotipado por meio das classes de gênero (Foucault, 2005). Bourdieu (2005) explicou a discussão sobre a dominação simbólica do indivíduo:

quando ele (o dominado) age para observar e avaliar a si mesmo, ou para ver e avaliar o plano dominante (alto/baixo, masculino/feminino, branco /negro, etc.) provêm de uma combinação de classificações, e assim naturalizam, das quais sua existência social é produto. (Bourdieu, 2005, p. 147)

Isso significa dizer que, nas estruturas de dominação simbólica, existem desigualdades de poder entre as relações coletivas, transcendendo dimensões econômicas, incluindo o significado de aprisionar o indivíduo por meio de uma estrutura de naturalização, representando a interrelação entre hábitos e capital social, alicerçada na consciência coletiva (Bourdieu, 2005). Assim, constata-se que a organização necropolítica (2018) subjuga e silencia esses corpos, por meio da confecção de artifícios burocráticos institucionalizados não-igualitários. Como Oliveira e cols.,(2022) ressalta, a violência institucional é aquela “praticada por órgãos e agentes públicos que deveriam responder pelo cuidado, proteção e defesa dos cidadãos” (p.399), em que se acrescenta a visão perante as subjetivações repercutidas por aqueles os quais necessitam de assistência a partir dessas políticas. A assistência a esses cidadãos é posta à prova no trabalho de Oliveira e cols. (2022), em que se relata a realidade baiana das (os) usuárias (os) dos centros de acolhimento a comunidades de rua da cidade: “Alguns usuários estavam na frente do serviço antes de horário de abertura, desejando entrar. Os seguranças não permitiram; uma funcionária chegou e entrou; instantes após, ela abriu as portas e permitiu a entrada apenas dos cachorros” (Oliveira e cols, 2022, p. 9).

Assim, o coletivo feminino nas ruas normalmente é acometido de diversos tipos de violência estrutural — racismo, classismo, institucionalizações e sexismo —, ao fazer parte de sociedades historicamente centradas no homem cisgênero, branco, rico (Bourdieu, 1998). Como resultado, a dominação masculina torna-se inconsciente, pelo fato de não ser considerada uma forma de dominação. Afinal, está intimamente relacionada ao processo de des-historização que naturaliza a misoginia patriarcal existente, desinibido de conhecimentos sócio-histórico-culturais.

Ao relatar suas vivências na rua, as mulheres revelam as condições adversas, marcadas por riscos e vulnerabilidades, que se expressam cotidianamente na situação biográfica em que se encontram (Biscotto, 2016), a exemplo da falta de infraestrutura nos

locais públicos para atender às necessidades básicas — ao contrário do que se pensa, os moradores de rua se preocupam com os cuidados pessoais (Sarmiento, 2017) —, especialmente aquelas relacionadas ao universo feminino. Apesar de a maioria da comunidade em situação de rua ser composta por homens, a sua parcela feminina tem como perfil a pouca idade, a incompletude na fase de escolarização e a precariedade econômica (Kunz, 2014).

Assim, as mulheres em situação de rua representam uma população duplamente invisibilizada (Galvão, 2012), primeiro por fazerem parte de uma comunidade marginalizada pelo sistema — moradores de rua — e segundo por serem mulheres — vítimas do patriarcalismo —, o que faz com que muitas vezes não seja cedido espaço para uma maior compreensão dos seus processos de subjetivação, ou até mesmo para a organização das PP de forma a abarcar suas necessidades (Ribeiro, 2019). Por consequência, para isso é preciso tirá-las de algum polo da escuridão, dar voz e buscar conhecer essa comunidade.

Assim, no estudo etnográfico de Sarmiento (2017), os relatos de abuso físico e sexual foram comuns entre as mulheres com quem conversou durante a pesquisa e, muitas vezes, como no caso Ruth, elas comentam a respeito com o que parece ser casualidade (ou resignação?), por vezes em meio a risadas. Ditos estes como: “Com tanta mulher vivendo na rua aí pra ele pegar, foi estuprar logo uma criança, que pouca vergonha!” (Sarmiento, 2017, p. 15). A frase faz referência a um companheiro daquele coletivo que havia estuprado uma criança e sido retaliado em peso pelos seus companheiros, que o agrediram e marginalizam ainda mais, afirmando a ilegitimidade de fazer isso, mas o mesmo tipo de retaliação não ocorria quando isso acontecia com as ‘mulheres’ do grupo, jovens de 13/14 anos que conviviam como iguais e eram violentadas cotidianamente.

Por isso, faz-se necessária a construção de espaços de fala que compreendam a vivência dessas formas de abusos naturalizadas, em que os abusos sexuais podem acarretar gravidez indesejada. Afinal, sob aspecto da proteção integral da criança e do adolescente, há outras mulheres em domicílio de rua que têm perdido a guarda de seus filhos logo após o parto, sem abrigos para famílias (Kutz, 2014). Desse modo, uma vez em situação de rua, os membros desta família (pai, mãe e filhos) são separados em diferentes instituições, o que pode perfazer os graves rompimentos de vínculos entre eles. Portanto, tomar um filho de seus progenitores, ou ameaçar fazê-lo, é uma forma de imposição do Estado e das sociedades de beneficência para impor as suas regras, mais um mecanismo estruturado para

oprimir um mesmo público-alvo (Sarmiento, 2017). Assim, “a norma estatal e a moralização filantrópica colocam a família diante da obrigação de reter e vigiar seus filhos se não quiser ser, ela própria, objeto de uma vigilância e de disciplinarização” (Fonseca & Cardarelo, 1999, p. 109).

Quando pensamos nesse cenário de alta vulnerabilidade e constante efetivação de violência ao público feminino nas ruas, seus processos de subjetivação se tornam complexos e repletos de estruturas que buscam ilegitimar o sofrimento e a autonomia dessas mulheres. Propõe-se um pensar nessa comunidade no que tange ao sofrimento psíquico, com um olhar que evoca urgência e crise como norteadores. Ao discutir a relação entre urgência e crise, Rechtdand e Leal (2000) propõem que é no atendimento emergencial que se introduz e se revela determinada dimensão de subjetividade.

Assim, aproxima-se do conceito de crise, mas evoca-se outro sentido, uma vez que a crise começa a ser reconhecida como um momento privilegiado em que o sujeito pode finalmente adquirir novas formas de organização para si e/ou seu cotidiano. Por sua vez, a crise torna-se um contexto dinâmico, fruto de processos históricos, e responsável por criar modelos de interação, sejam eles emocionais, políticos, administrativos, econômicos, educacionais ou religiosos (Barreto, 2005). Nesse sentido, é possível associar os direitos humanos à emergência da facilitação subjetiva, devido à interação entre necessidades e representações sociais.

Quando pensamos no processo de subjetivação como promotor de saúde, essa concepção se dá a partir do movimento de visibilizar o sujeito em seu fazer, isto é, colocar o sujeito e seu fazer como protagonistas de seu processo. A evolução do caso exposto por Brito (2006) sobre um ex-morador de rua reforça a hipótese de que, neste tipo de intervenção, pode-se contar com a mobilização subjetiva e, assim, apostar na possibilidade de reorganização, associada ao novo modo de vida da pessoa. Nesse processo, o sofrimento psíquico pode ser entendido como uma série de desconfortos e dificuldades de viver nos múltiplos sentidos contraditórios que surgem do confronto entre subjetividade e objetividade.

Diante dessa perspectiva, os trabalhos em Psicologia devem direcionar a realização de encontros entre psicólogos e essas mulheres, criando processos entre sujeitos. Esses processos são operacionais, políticos, comunicativos, simbólicos e subjetivos, e formam uma intrincada teia de relações da qual os produtos relacionados ao cuidado derivam de sua

materialidade e condições de consumo (Franco, 2006). Rinaldi (2005) aponta que o permear essas clínicas e o cuidado que envolve a relação entre o profissional e o usuário incluem a subjetividade de ambos. Em outras palavras, cuidar refere-se a uma relação que inclui acolher, ver e ouvir em um sentido mais global, vendo o usuário como pertencente a um contexto sociocultural específico do qual ele não pode se isolar.

Além disso, a prática do cuidado terapêutico deve ser guiada por condutas de tolerância, respeito à singularidade, valorização dos aspectos subjetivos, promoção do diálogo, fortalecimento das relações interpessoais como elementos da terapia e luta pela construção da justiça cívica e social; por outro lado, também demanda objetividade, otimização do tempo e valorização de dispositivos complexos (Bonfada, 2012).

Diante desses e de outros problemas que afetam a população em situação de rua, a política nacional oferece a oportunidade de edificar ações intersetoriais que visem à “(re)integração dessas pessoas nas redes familiares e comunitárias, acesso a direitos garantidos. Acesso ao pleno desenvolvimento social para os cidadãos brasileiros, levando em conta as conexões e significados criados pela experiência do espaço público de rua” (Brasil, 2008, p. 4). As próprias características multidimensionais e complexas dos problemas sociais específicos à população em situação de rua requerem a sinergia intersetorial para concretizar objetivos comuns (Monnerat e cols., 2011).

A intersetorialidade deve, portanto, ser entendida como a forma como os serviços são prestados, o conhecimento e a prática são articulados em todos os aspectos da gestão, seja no planejamento, na implementação ou na avaliação. Japiassu (1996) nos fornece os elementos para entender a interdepartamentalidade como uma prática social que se baseia em profunda insatisfação em pelo menos duas esferas da modernidade: filosófica e prática. Na área de intervenção, no entanto, em que a intersetorialidade ainda não se tornou uma prática governamental por falta de uma resposta efetiva às necessidades dos usuários do serviço, a realidade é o oposto da ação, da busca pela salvação da subjetividade, a possibilidade de se tornar sujeito, de unir e participar da construção do mundo e do futuro. (Ackerman, 2014).

Os princípios recomendados na Política Nacional de Inclusão da População em Situação de Rua são: “I - promoção e proteção da cidadania e dos direitos humanos; II - respeito à dignidade da pessoa humana subordinada aos direitos civis, políticos, sociais, econômicos e culturais; III - permanência, acolhimento e integração na cidade; IV - não

discriminação em razão do sexo, orientação sexual, raça ou origem social, nacionalidade, atividade profissional, religião, faixa etária e situação migratória; V - repressão a todo e qualquer ato de violência e comportamento vexatório, incluindo estigma negativo e preconceito social contra a falta de moradia” (Brasil, 2008, p. 14).

Entretanto, quando retornamos à obra de Karl Marx (1848), expõe-se a maneira como a civilização se organiza, isto é, a partir da lógica da valorização do capital, que tem como foco a civilização industrial urbana e sua forma singular de estruturar e organizar economias e sociedades. Além disso, a nomeação de políticas como ‘austeridade’ explicitava como os valores morais eram mobilizadores para justificar a racionalidade de processos interventivos sociais e econômicos, notando-se que ser contra essa organização política seria considerado uma falta de moral, um desrespeito ao trabalho de terceiros, além de uma incapacidade infantil de retenção e poupança. Com o advento das introjeções epistemológicas do neoliberalismo, foi reforçada a postura individualizada frente ao sistema, não compreendendo, por sua vez, o demais fatores que o abarcam, a exemplo dos socioculturais (Safatle, Junior & Dunker, 2021) .

Portanto, a sociedade burguesa ancorou-se na exploração e opressão de muitos pela minoria e usa mecanismos de alienação e objetivação para mantê-los, o que cria uma aparência materializada da realidade social, que, por sua vez, mistifica os fenômenos sociais – os coloca como coisas incompatíveis com pessoas e seus relacionamentos (de Medeiros, 2020). Com base em Shore (2010), é certo que as formas como as políticas são objetivadas e utilizadas proporcionam uma compreensão crítica dos princípios organizadores que moldam a sociedade e, assim, faz-se necessário um enfoque, ao analisar as narrativas de mulheres em situação de rua, que enxergue as políticas públicas como ferramentas que moldam o comportamento de indivíduos e organizações. Assim, em albergues, abrigos e Centros Pop, é possível verificar que não há políticas específicas para as mulheres, garantindo, por exemplo, que elas tenham acesso prioritário a esses locais, como ocorre com idosos, transgêneros e deficientes, norteados pelo Princípio da Equidade da rede SUS.

Uma das PP’s direcionadas à comunidade de rua são os albergues, caracterizados por espaços voltados para o fortalecimento do convívio das pessoas, por meio de oficinas e atividades técnicas especializadas, além de realizar encaminhamentos para a rede socioassistencial. No Distrito Federal há um estabelecimento deste porte voltado ao acolhimento de mulheres, nomeado de Casa Flor, sendo o único da capital com esta

especificidade. Entretanto, o Instituto de Desenvolvimento e Assistência Social é o único abrigo feminino que possibilita a entrada de mães com filhos. Já os abrigos estão organizados da seguinte forma, de acordo com o levantamento de vagas da Secretaria do Desenvolvimento Social (Sedes): são espaços acessíveis cujo funcionamento faz com que a população tenha local para dormir, banheiro (com o direito de tomar banho) e um local para lavar a roupa. Além dos espaços sociais, há aulas técnicas, atendimentos médicos apoiados por equipes no consultório de rua e orientações sobre a Covid-19 (Agência Brasil, 2020).

Outra PP voltada a essa comunidade é o Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro Pop), que é uma unidade pública da Assistência Social para atendimento a pessoas em situação de rua. Neste local são oferecidos atendimentos individuais e coletivos, oficinas, atividades de convívio e socialização, além de ações que incentivem o protagonismo e a participação social. É um espaço de referência para o convívio social e o desenvolvimento de relações de solidariedade, afetividade e respeito (Agência Brasília, 2021). Não é um abrigo, mas funciona como ponto de apoio para quem vive ou sobrevive nas ruas. No Distrito Federal, só existem duas localidades para esse tipo de atendimento - Taguatinga e Plano Piloto - com um total de 250 pessoas atendidas, mostrando-se insuficiente.

3. MÉTODO

Entendemos a abordagem do pensamento e da prática da realidade através da metodologia, a qual inclui tanto a teoria da abordagem (métodos) quanto ferramentas de manipulação das técnicas e a criatividade dos pesquisadores (experiências, habilidades e sensibilidades). A metodologia ocupa um lugar central nas teorias e está relacionada a elas (Minayo, 2006). Tais externalidades se manifestam quando usamos apenas técnicas e ferramentas para adquirir conhecimento, sem entrar nos méritos do significado da investigação, ou sem considerar os conceitos e pressupostos por trás deles. Na verdade, os métodos não são apenas técnicas. O universo da produção humana, que pode ser resumido como um mundo de relações, representações e intencionalidades, é o objetivo da pesquisa qualitativa e de difícil tradução em métricas numéricas e quantitativas.

A distinção entre abordagens quantitativas e qualitativas da realidade social é natural. Enquanto os cientistas sociais que trabalham em estatística visam criar modelos abstratos ou descrever e explicar fenômenos que produzem regularidades recorrentes e externas ao

assunto, os métodos qualitativos mergulham no mundo do significado. Esse nível de realidade é invisível e primeiro precisa ser revelado e explicado pelos próprios pesquisadores (Minayo, 2006). Para a práxis, o processo científico qualitativo é dividido em três fases: (1) fase exploratória - inclui a geração do projeto de pesquisa e todos os procedimentos necessários para preparar a entrada em campo -, (2) trabalho de campo - executa um momento relacional e prático de fundamental importância exploratória, confirmação e refutação de hipóteses e construção teórica, 3) análise e tratamento de dados empíricos e documentais - um conjunto de procedimentos para avaliar, entender, interpretar dados empíricos, combinando-os com a teoria ou outras leituras teóricas e interpretativas necessárias para construir o projeto pelo Trabalho de Campo. Para tanto, a precisão em ordenar dados, classificar e analisar faz-se necessária por meio da confecção de um Caderno de Campo. Assim, a análise qualitativa não é apenas uma categorização das opiniões dos informantes, é muito mais que isso. É descobrir seu código social em linhas, símbolos e observações. Buscar entendimento e explicação com base na teoria proporciona aos pesquisadores uma contribuição singular e contextualizada.

3.1 Sujeitos e Locais de Pesquisa

Os sujeitos da presente pesquisa identificam-se, quanto ao seu gênero, na categoria feminina (Zanello, 2016), já viveram em situação de rua em algum momento da sua vida e são maiores de idade. Tem-se como amostra a totalidade de três participantes. Essa amostra bastante pequena se justifica porque a amostra estratificada é caracterizada pela seleção do subgrupo da população a ser considerada, neste caso o gênero (Gil, 2008). Afinal, sua principal vantagem é garantir a representatividade em relação aos atributos que são critérios estratificados. Essas participantes seriam selecionadas por meio da parceria com Ongs, que possibilitaram uma entrada facilitada para confecção de vínculos e conseqüentemente, das entrevistas, as quais foram realizadas nos espaços cedidos pelas próprias instituições. A caracterização das participantes se deu, num subtópico separado, nos resultados.

3.2 Procedimentos

A primeira etapa processual refere-se à coleta de uma revisão de literatura maior, que pressupõe uma compreensão mais profunda dos cenários investigados, com duração de até 3 meses. A segunda etapa é a entrada ao campo por meio da utilização da metodologia de pesquisa participante, um método empírico de análise que tem como interesse o controle

instrumental - que desvia o sentido de certos conceitos e, assim, interfere não apenas na construção da teoria, mas também no modo como as ferramentas são controladas nela. Assim, de acordo com Fals Borda (1983), a pesquisa participativa é especificamente responsiva às necessidades de grupos que incluem a pesquisa de trabalhadores, camponeses e indígenas (a classe mais pobre na estrutura social contemporânea) ilustrando seu desejo e potencial para compreender e agir.

Portanto, a pesquisa participativa busca encorajar o desenvolvimento autônomo (confiante) e a relativa independência de forasteiros desde o início. “Assim, a relação entre o pesquisador e o pesquisado não se dá meramente como uma observação do primeiro versus o segundo, mas ambos são eventualmente identificados, principalmente quando o sujeito é também um sujeito social, o que possibilita que possamos desfazer a ideia de objetos que se aplicam apenas às ciências naturais” (Demo, 1984, p.115). A partir da questão colocada, através da construção de hipóteses, coleta, análise e interpretação dos dados, a observação desempenha um papel vital no processo de pesquisa e é justa à observação sistemática. No entanto, o seu papel torna-se mais evidente durante a fase de recolha de dados.

Antes da utilização de técnicas, será apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo 1), no qual estão contidas as informações necessárias para a participação voluntária de integrantes. Desse modo, de forma clara e precisa, apresentam-se os objetivos, riscos e benefícios da pesquisa, além de seguir as concepções permeadas pelo Código de Ética, referente a uma prática profissional de atuação benéfica à sociedade. Portanto, foi entregue uma via ao participante, a qual foi assinada, enquanto outra ficou com a equipe de pesquisa. Este documento foi lido conjuntamente com o participante e teve como proposta a retirada de quaisquer dúvidas que ainda permaneciam sobre o projeto. Essa leitura se deu pela compreensão das possibilidades de alfabetização e letramento das participantes e também por auxiliar a compreensão e adequação a este tipo de documentação.

A observação é sempre utilizada nesta fase, de maneira exclusiva ou combinada com outras técnicas. Observações sistemáticas são frequentemente usadas em pesquisas destinadas a descrever com precisão um fenômeno ou testar uma hipótese. Também ajudam a definir categorias de observação e análise, uma técnica desenvolvida por Kenneth Burke (1969) chamada dramatismo. Burke evoca que tudo na vida pode ser entendido como drama, isto é, a ação. Segundo ele, o comportamento social pode ser analisado por meio de cinco questões: 1. Comportamento; 2. Cenas; 3. Proxy; 4. Mecanismo; e 5. Objetivo. As

ferramentas de gravação podem ter diferentes níveis de estrutura. Alguns estudos são bastante abertos, dando aos pesquisadores liberdade suficiente para fazer anotações. Desse modo, permitiu-se que as próprias participantes expusessem os pontos que consideravam centrais a serem debatidos na pesquisa.

Dessa forma, a entrevista foi entendida como uma forma de interação social (Nunes, 2016). Mais especificamente, é uma forma de diálogo assimétrico em que uma parte busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação. Como técnica de coleta de dados, a entrevista é ideal para capturar informações sobre o que as pessoas sabem, acreditam, esperam, sentem ou desejam, bem como sobre o que pretendem fazer, fazem ou fizeram, e suas explicações ou razões para o exposto (Selltiz e cols., 1967).

De acordo com Laville e Dionne (1999), o recurso de entrevista semiestruturada oferece flexibilidade para a coleta de dados, além de ser mais aberto aos entrevistados, tornando as respostas mais confiáveis, traduzidas por meio de uma série de perguntas que seguem um tema comum que é a fonte da pergunta, apresentada verbalmente na ordem indicada, mas o entrevistador pode acrescentar perguntas esclarecedoras. Laville e Dionne (1999) afirmam que:

“A Entrevista Semi-Estruturada oferece maior amplitude na coleta dos dados, bem como uma maior organização: esta não estando mais irremediavelmente presa a um documento entregue a cada um dos interrogados. por essa via, a flexibilidade possibilita um contato mais íntimo entre o entrevistador e o entrevistado, favorecendo assim a exploração em profundidade de seus saberes, bem como de suas representações, de suas crenças e valores” (Laville E Dionne, 1999, P. 188 A 189).

3.3 Análise das informações construídas

Berelson (1952, p. 13) define a análise de conteúdo como uma “técnica investigativa destinada a explicar essas mesmas comunicações fornecendo uma descrição objetiva, sistemática e quantitativa de seu conteúdo aparente” (Bardin, 1977, p. 95). Ainda conforme Bardin (1977), a análise de conteúdo é realizada em três etapas: (a) pré-análise; (b) exploração do material, categorização e codificação; (c) processamento de dados, extrapolação e interpretação. A pré-análise é a fase organizacional. A exploração do material refere-se basicamente a tarefas de codificação, envolvendo customização (escolher unidades), enumeração (escolher regras de contagem) e classificação (escolher categorias). Por fim, o processamento de dados, o raciocínio e a interpretação visam tornar os dados

válidos e significativos. Têm-se como vantagens do uso de fontes documentais a possibilidade do conhecimento do passado, a investigação dos processos de mudança social e cultural, a permissão para obtenção de dados com menor custo e sem o constrangimento dos sujeitos. Portanto, esta foi a linha de análise utilizada na presente pesquisa para fazer uma boa aderência sobre os conteúdos aqui coletados.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesse momento do trabalho pretende-se apresentar os resultados obtidos ao longo da pesquisa por meio dos seguintes tópicos: *Fatores de risco para população das ruas*; *Fatores protetivos pela assistência pública* e *A subjetividade frente às ruas*. Inicialmente desenvolveu-se a caracterização das participantes, para por consequência a análise dos conteúdos obtidos por meio das entrevistas.

4.1 Caracterização das Participantes

Todas as participantes que foram apresentadas agora tiveram seus nomes alterados para nomes fictícios buscando fazer a manutenção do sigilo proposto pela pesquisa. A escolha desses nomes ao invés de letras, se dá pela tentativa de manter fidedigno a personalização e a não-objetificação das participantes.

A primeira participante tem como nome fictício: Maria do Carmo. Maria do Carmo é nativa do Maranhão, em uma área sem saneamento básico - local não possui abastecimento d'água, esgotamento sanitário, limpeza e drenagem urbana além de manejos de resíduos sólidos e de águas pluviais-, numa região rural. Maria é mãe de dois adultos que residem atualmente no entorno do Distrito Federal. No âmbito profissional, Maria trabalhou a vida toda como doméstica e artesã, desenvolvendo jarros, pintando panos de chão, tecendo colchas de retalhos e outros trabalhos manuais. Frente a escolarização, Maria do Carmo teve seu primogênito aos 15 anos, fazendo com que ela tivesse uma evasão escolar. Ou seja, Maria não havia completado o ensino fundamental 2, encontrando-se no sétimo ano quando deu à luz ao seu filho. Casou-se aos 15 anos com seu ex-marido -em que este tinha 27 anos no casório-, e não teve muitas contribuições na criação dos filhos e tampouco no sustento familiar. Próximo aos 18 anos, deu à luz a sua filha, em que pontua ter sido uma gravidez repleta de dificuldades gestacionais, violência doméstica física e psicológica, além do abandono de seu companheiro ao constituir outra família com uma mulher mais nova da cidade. Hoje possui seus 48 anos e encontra-se acolhida por uma Revista de cunho social do

DF, fora das condições da situação das ruas e buscando dar continuidade aos seus estudos. Atualmente, diz ter sonhos voltados para a realização de um ensino superior voltado nas áreas da saúde ou educação, como enfermagem ou pedagogia.

A chegada de Maria do Carmo para a capital brasileira se deu pela extrema pobreza em que sua família vivia na sua cidade natal. Além disso, um dos principais motivos pontuados foi o casamento de seu filho e a chegada do primeiro neto, em que ela buscou dar espaço ao novo casal, além de tentar fornecer maior conforto financeiro à família. Maria teria escutado de uma vizinha que na capital brasileira haveriam vastas possibilidades de emprego, além de possibilidades de capacitação da trabalhadora. Ela teria ficado 4 meses em situação de ruas no centro urbano, Setor Comercial Sul, além de mais 6 meses em sua alocação em um abrigo feminino. Hoje trabalha com a venda da revista, mora próximo a cidade que seu filho encontra-se e pontua ter desenvolvido um apreço pelo movimento cultural da cidade e um carinho pelo movimento feminista experienciado pela mesma na capital.

Outra participante da pesquisa teve nome fictício: Shirley. Shirley é nativa da Paraíba, em uma área com saneamento básico, numa região urbana. Shirley é mãe de um menino, que hoje é maior de idade e mora no estado de São Paulo. Ela pontua que seu filho teve vários problemas de saúde ao longo da vida, fazendo com que a família tivesse que ir à capital paulista reivindicar atendimentos especializados dentro da rede SUS. No âmbito profissional, Shirley trabalhou a vida toda como doméstica, catadora de recicláveis, vigia de estacionamento e limpadora de automóveis. Frente a escolarização, ela teria concluído o Ensino Médio conforme o fluxo, sem nenhum tipo de atraso. Shirley demonstra bastante interesse até hoje em noções globais, como geopolítica e ciências políticas, e diz que adora acompanhar os jornais para compreender o cenário mundial e suas implicações em sua vida.

A chegada de Shirley para a capital brasileira se deu pelo convite de duas vizinhas de casa na Paraíba, alegando que teriam conseguido empregos menos desgastantes no Distrito Federal e que auxiliariam ela na sua instalação na cidade. Além disso, seu filho não precisava mais de seus cuidados e tão pouco mantinha relação com seus ex-maridos, fazendo com que fosse extremamente atrativo a ideia de uma maior qualidade de vida, dita por ela. Shirley teria guardado 2 mil reais em nota, para auxiliar na sua alocação na cidade, mas teria sido furtada assim que chegou pelas suas vizinhas. Ela ficou cinco dias em situação de ruas no centro urbano, próximo ao Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) da Asa Sul,

além de completar dez meses em sua alocação no abrigo feminino. Ela pontua que teve uma rápida alocação nos abrigos, pois teria sido vítima de uma tentativa de estupro nas ruas, os quais fez ela “fazer um barraco”, sobre seus direitos cidadãos pela sua alocação, no CRAS em que residia próximo. Hoje ainda encontra-se numa das casas de acolhimento feminino, mas pontua que acabou de conseguir comprar um celular e já está atrás de empregos, pois ela diz não gostar de ficar parada, está “doida” para trabalhar.

Por fim, a última participante da pesquisa terá nome fictício: Marília. Marília é nativa do Mato Grosso, em uma área sem saneamento básico², sem acesso a segundas instâncias do SUS como hospitais ou centros especializados, tão pouco possui um CAPS em sua cidade, morava numa região rural. Marília não é mãe, pois nunca teve interesse. No âmbito profissional, Marília trabalhou a vida toda como doméstica, catadora de recicláveis, vigia de estacionamento e limpadora de automóveis, além de ter feito estágios da graduação. Frente a escolarização, ela concluiu o Ensino Médio conforme o fluxo, fazendo inúmeros cursos profissionalizantes e concluído o ensino técnico de Enfermagem. Marília, buscou trabalhar nessa área de domínio, mas lamenta ter tido uma dificuldade no aceite por falta de indicação. Ainda hoje, demonstra bastante interesse em continuar se capacitando, estudando e buscando voltar ao curso de História que teria deixado em andamento na sua cidade natal.

A chegada de Marília para a capital brasileira se deu pelo convite de seu marido, alegando que teriam conseguido empregos menos desgastantes no Distrito Federal do que havia em São Paulo -cujo sua estadia lá era também na busca de uma maior qualidade de vida, e de emprego. Ao chegarem na capital brasileira, o marido de Marília teria sido acometido por um Acidente Vascular Cerebral (AVC) por utilização de substâncias, o que teria elevado os gastos do casal e condicionando-os nas ruas. Marília ficou quatro meses em situação de rua, sendo apenas dois deles no Distrito Federal. Ao ter o acolhimento em um Abrigo feminino, teve sua estadia de um ano e meia, até sua devida despedida do local. Ao entrevistar Marília, ela encontrava-se em momento de desligamento do abrigo, pois havia conseguido trabalho e um local para morar com aluguel barato nas proximidades. Pontuou, a participante, que estava com dificuldades de sair de lá, pois tinha medo de ficar sozinha na casa pelo seu histórico anterior de violência e desistência do viver, de acordo com a mesma.

² Segue as mesmas considerações que a primeira participante identificada nesse projeto.

4.2 Fatores de risco para população das ruas

Ao retomar as estruturas misóginas da sociedade, bem como as violências econômicas a que são submetidos os setores marginalizados anteriormente debatidos neste projeto, o seguinte tópico busca evidenciar algumas das contribuições mais latentes, expressivas feitas pelas participantes ao longo das entrevistas. Essa seleção se deu pela ênfase no discurso das mesmas frente a eventos e características negativas experienciadas e compartilhadas, evidenciando as marcas de sofrimentos físicos, emocionais e sociais manifestados por meio da oratória (Ataides, 2018).

Desse modo, frente às entrevistas realizadas, foi possível identificar pontos de encontro entre os discursos das três participantes em algumas temáticas. Uma das temáticas que é vista como fator de risco, é a falta de estreitamente, cuidado, preparo e acolhimento de profissionais governamentais de segurança pública no tratamento com a população de rua, e principalmente a feminina. Isto é, as contribuições de Oliveira e cols. (2022) não tiveram grandes mudanças ao pensar no cenário dessa comunidade em vulnerabilidade em 2023 no Distrito Federal, uma vez que os agentes que deveria prezar o cuidado, segurança e assistência a essa comunidade, são os mesmo que repercutem inúmeras violências. Isso se dá, pois a violência institucional, esteve muito presente nos discursos expondo a manutenção das necropolíticas voltadas a essa comunidade (Mbembe, 2016), além de estruturas de poder/opressão presente no sistema submisso-dominador, em que naturaliza e aprisiona o coletivo nas representações e estereótipos do que aqueles agentes representam frente a consciência coletiva (Pacheco, 2014).

Ou seja, esses agentes de segurança pública reforçam posturas de que seu papel ali é de oprimir, de matar ou deixar morrer, de exercer um controle pelo abuso do autoritarismo e utilização do armamento de fogo, com baixa compreensão e preparo para lidar sem reproduzir esse tipo de violência. Assim, quando lemos os discursos de Shirley e Maria do Carmo, respectivamente, apenas nesse tocante do tratamento policial é que produz na sua fala uma raiva, um elevar de vozes, mesmo em um local silencioso, o cruzar de braços, a utilização de palavrões, antes não mencionada, ao dizerem:

“HORRÍVEL! São um bando de bosta. Porque dessa vez que eu estava aqui, que o cara tentou me pegar à força. ‘Aí procura uma delegacia’(...) E eles com uma viatura na rua. Então, para eles, tanto faz quanto tanto fez. Você tá entendendo?! Então para mim são um bando de bosta” (Shirley, 42 anos).

“Polícia nunca é bom. O tratamento deles né? Principalmente com nois. PRINCIPALMENTE COM NOIS. Porque para eles nos somos nada, um zé ninguém, porra nenhuma. (...) Se você estiver com alguma coisa, mesmo que sem droga, eles fuçam suas coisas, eles jogam pra cima e pelo menos comigo e com vários morador de rua a polícia faz isso. Eles não têm um tratamento bom conosco” (Maria do Carmo, 54 anos).

Desse modo, o viver dessas mulheres é na realidade uma forma de resistência, resistência frente a inúmeras opressões e negligências do Estado, da comunidade e dos tocantes aos direitos humanos (Biscotto, 2016; Sarmiento, 2017). Essa resistência é entendida como proposta por Mello (2022), em que articula concepções adjacentes de Foucault (1983, 2003) e Deleuze (1992) pela compreensão desses dispositivos como “processo de invenção, criação e resistências cotidianas, de quem em diferentes contexto, vivência pressões” (p.38). Isto é, os processos de resistência seriam as resposta “contraofensivas” dessas mulheres frente às práticas necropolíticas do Estado e outras violências sociais, de tal modo que os movimentos sociais se organizam a partir de estratégias e táticas, com o objetivo de resistir, tornando a resposta uma busca e reivindicação pelo direito de viver.

Em que sem o devido apoio e proteção por parte dos agentes de segurança pública, o que resta e sobra para ser vivido por elas é a violência, o assalto e o medo da morte (Mbembe, 2016). Ou seja, faz com que as dificuldades ao estar em situação de rua não se reduzam à fome, a doenças devido às condições precárias, mas sim a possibilidade única de torná-las a-sujeitos, objetos, lixos, descartáveis, inumanas e de condicionarem suas subjetividades apenas a desordem e dor (Rechtand e Leal, 2000). Assim, exemplificada nos seguintes trechos:

“Um dia eu tava sendo assaltada, eu pressenti o assalto e eu falei: Sr. cuida de mim porque eu não tenho como me defender, agora eu to sozinha, estou em suas mãos” (Marília, 48 anos).

“No último dia, um cara tentou abusar de mim na rua. Ele era de situação de rua também. Aí foi que eu corri no CRAS e falei: Pelo amor de Deus. Vocês conseguem vaga pra mim, porque se nao nao tem como eu ficar. Vou ter que dormir aqui dentro, porque eu to com medo” (Shirley, 42 anos).

“Da pessoa chegar, me bater, me espancar. Meu medo era esse, chegar alguém e me espancar comigo dormindo. E não se tem as reação, né? Sendo

mulher, não tem reação. Porque na calada da noite, na rua, é muito perigoso. Tinha medo da agressão sexual” (Maria do Carmo, 54 anos).

Outra temática vista como fator de risco, foi a dificuldade de adesão a políticas públicas assistenciais por parte dessa comunidade, por consequência a uma má divulgação das mesmas. Dentre os processos de assistência, a má divulgação de políticas direcionadas à comunidade feminina como a distribuição de absorventes públicos, contra a pobreza menstrual (Agência Brasil, 2021) e os pontos de restaurantes comunitários, distribuição alimentícia por ONGs, fizeram-se os mais gritantes para as participantes ao dizerem:

“Cinco dias que eu fiquei eu não vi uma pessoa passar para dar sopa no meio da rua. Pra eles se ta bom dentro da casa deles, o resto que se lasque. É assim. Aqui é assim” (Shirley, 42a.);

“Porque aqui em Brasília se você não sabe disso, tem as pessoas que distribui sopa, a igreja universal, é a turma da madrugada (00:00), tem a turma do leito que trabalha no hospital, distribui sopa lá. Ninguém fica sem comer” (Marília, 48a.);

“Não. Não era divulgado. Não era mesmo... Eu pegava da escola absorvente porque lá não faltava” (Maria do Carmo, 54a.).

Esses comentários demonstram a ambiguidade frente ao conhecimento sobre tais apetrechos. Em que evidencia a ineficiência na divulgação e por sua vez, na captação de usuários/protagonistas em que foi pensada a criação dos mecanismos. Afinal, a política não deve ser apenas debates em espaços acadêmicos elitizados, em grandes plenários ou no congresso, mas sim debatida e confeccionada conjuntamente a sociedade para que seja eficiente quanto a proposta da mesma.

E ao pensarmos no sistema capitalista vigente, uma das formas de prevenir a necessidade dessa população a esses sistemas de assistência seria a capacitação e obtenção de emprego, mão de obra remunerada, o que frente a essa classe econômica também é dificultado. Isto quer dizer, de Barros, (2021) propõe a ideia de uma sociedade inimizada, em que servirá de referencial teórico para essa compreensão. Ou seja, essa sociedade promove “a exposição diferencial à violência, a multiplicação dos riscos somente para alguns, bem como a morte política, a expulsão, a rejeição” (de Barros, 2021, p. 6) em que esse assassinato pode ser não regulamentando serviços exercidos por essa população, ou a impossibilidade de realizar um concurso público descansada, expondo realmente tudo que o

sujeito tinha como conhecimento para ser avaliado, ou até mesmo a necessidade de possuir um telefone com internet para que só assim possa girar a roda do dinheiro e forjar a possibilidade do viver, criando-se essa inimizade. Kunz (2014), ainda alegava que a comunidade feminina seria de pouca idade, e assim dá a entender, que por isso não seria primordial pensar no meio de trabalho, quando na realidade coletada do Distrito Federal, essas mulheres ocupam triplas jornadas de trabalho, buscam suas contratações em empregos de mãos de obra barata, sem carteira assinada, apenas como forma de auxiliar a família e buscar o mínimo de qualidade pra viver e tão pouco possuem “pouca idade”. Exposto da seguinte forma:

“Ai esses dois anos eu trabalhei 1 ano de guarda de estacionamento de creche. Só que lá não registra, o meu problema é esse. Muitos serviços que eu fiz não tem registro. Eu sei a função, mas não tem registro. (...) Não tenho dinheiro também para ir correr atrás de serviço.. Aí tudo é por internet. E nada de resposta... Aí você fica doidinha. Mas tudo tem sua hora e seu dia” (Shirley, 42a.).

“Eu fiz as provas, mas faltou 1 ponto e meio pra passar nas provas, na segunda bateria das provas. Eu não tive a sorte de passar nessas provas, porque eu viajei, trabalhei o dia todo, viajei o dia todo, pra no outro dia tá lá fazendo prova” (Marília, 48a.).

Desse modo, é preciso fazer uma devida atualização sobre o cenário fmeinino em situação de rua no Distrito Federal, assim como solicita a Lei Distrital nº 6.691 (CODEPLAN, 2020). Uma vez que, alguns estereótipos vendidos e comercializados no senso comum, não condizem com a realidade das ruas, logo tão pouco as políticas públicas conseguem alcançar essa comunidade pensando em suas especificidades.

4.3 Fatores protetivos pela assistência pública

Apesar dos inúmeros fatores de risco acima pontuados, seria reducionista adotar a lógica, que frente às experiências e subjetivações destas mulheres não veria nenhum traço de fator de proteção social. Assim como Arpini, Quintana e Gonçalves (2010) pontuam, posicionar-se de forma unilateral, evidenciando apenas a visão coletiva de que a rua é vista como perigosa, vulnerável, isolada, segregada, seria adotar também que as pessoas que as ocupam são perigosas, degeneradas e por isso isoladas, segregadas e vulneráveis. Assim, busca-se abordar alguns fatores que são entendidos como amenizadores dos efeitos e dos adventos

negativos, os desafios. Afinal, entende-se que essas produzem desfechos positivos/soluções criativas para lidar com o cenário.

Quando pensamos em fatores protetivos, durante as entrevistas ficou claro a importância dos auxílios governamentais e seus respectivos impactos. Isto é, durante as falas foi possível perceber as contribuições de Freire (1968) referente a Constituição Federal Brasileira (1988), uma vez que ao usufruírem desses apetrechos públicos, que buscam equiparar essa população historicamente inviabilizada, elas posicionam-se como alteridades singulares e dotadas de direitos. Afinal, elas percebem a importância e relevância dos auxílios na sua sobrevivência, e posicionam-se de forma a solicitar, a ocupar seu espaço de fala, de reivindicação, para, por meio da resistência, dizer o que se é pedido, buscado e preciso por elas (Foucault, 2005). Como no seguinte trecho:

“Pra você ver como é muito importante o governo para pessoas que estão em situação de rua, vulnerável. Eu tô aproveitando o máximo, porque eu sou uma pessoa curiosa. Eu tô completando 48 anos hoje, pra mim trabalhar com o Renova, que tá sendo uma oportunidade imensa, como eu fui criada na roça, filha de cafeeira. Trabalhar no programa do governo vai ser dificuldade nenhuma. Varrer rua, pintar, consertar calçada, por exemplo. Receber ordem, fazer prova, porque eu já tou habituada a esse tipo de coisa, ouvir muitas vezes o povo reclamando sobre o que o governo tá dando” (Marília, 48 anos);

“A gente recebe os itens de higiene, mas quem quiser comprar seu kit com o auxílio que nos recebe. Um kit com sabonete, pasta de dente e uma escolha. Mas muitas delas compram pessoalmente o shampoo e essas coisas né? “ (Shirley, 42 anos);

“Para as pessoas mermo que eles dão, para pessoas em situação de rua, estão em vulnerabilidade -tem um outro valor de 400 reais, mas eu não recebo porque tem que estar no DF-, prato cheio, e outros ainda, É que eles encaixam tudo lá no CRAS, de auxílio.”(Maria do Carmo, 54 anos).

Assim, confirma as hipóteses levantadas por Palepu (2012), em que tais equipamentos sociais buscam criar uma dignidade, conforto, sanar a fome e segurança para pessoas em situação de vulnerabilidade. E que a postura dessas mulheres frente a esses auxílios é a possibilidade de sonhar, de tornar um pouco mais próximo da equidade para ela construir sua vida, sua casa, com qualidade de vida, longe da miséria conhecida.

Apesar de não serem suficientes os apetrechos públicos de acolhimento, foi perceptível nos discursos o reconhecimento sobre “o que esperam” de mulheres na condição das ruas, ou seja, os estereótipos na reivindicação dos espaços públicos e sociais. De uma forma lúcida é extremamente politizada, ao longo das entrevistas foi exposto as contribuições de Sarmiento (2017), isto é, de que essas mulheres buscavam cuidados de higiene e que na mínima possibilidade de ocupar um espaço público equipado para isso, foi utilizada e reconhecida como fator protetor pelas mesmas.

“Aí eu perguntava se tinha um centro de apoio, para a gente tomar um banho e tudo durante o dia. Lavava roupa, fazia TUDO, banhava tudo.” (Shirley, 42 anos)

“Aí tinha uma igreja católica assim, que o padre deixava tomar banho. Ai ele me dava almoço e o CRAS me dava lanche”(Maria do Carmo, 54 anos).

“Eu sempre pra mim, como eu sou uma pessoa que não me drogo.. num bebo... num essas coisa... Para mim sempre era uma coisa especial. Essa questão de limpeza, eu queria tudo ali bonitinho, material escolar, tudo para mim. Porque eles sabiam que não vou te trazer essa vergonha. Então a Escola tem esse cuidado comigo” (Marília, 48 anos).

Em que essa possibilidade da higiene pessoal deve ser pensada como fator preventivo, componente da instância primária da rede SUS, e que infelizmente não alcança essa comunidade de forma geral, promovendo a identificação de espaços preventivos como os ambientes escolares e religiosos. Preventivo, pois auxilia contra processos de infecções, auxilia minimamente na inserção social -pela diminuição de odores-, contribuem pela nutrição delas e concomitantemente as capacitam ao mercado de trabalho, por meio do estudo.

Além disso, quando pensada na (re)integração dessas pessoas na comunidade, a importância dos espaços de convivência coletivos tornam-se excepcionais quando tratado sobre fatores protetivos (Brasil, 2008). Normalmente, esses espaços eram escolas, igrejas, ou até mesmo os abrigos de acolhimento a essa comunidade. E diferente do imaginário social, a comunidade feminina em rua tão pouco tinha a drogadição como condição primordial para a rejeição dos abrigos, dificuldades de progredir educacionalmente, ou até mesmo a impossibilidade empregatícia (Donoso, 2013).

“Eu estudei, e estudo. To fazendo lá agora, cursando o primeiro ano do segundo grau. Ai eu fui resgatada né? Ai eu fui resgatada graças a eles” (Maria do Carmo, 54 anos)

“Aí a escola né? Eu tenho tudo lá. Tem banho. Tem almoço.” (Shirley, 42 anos).

“Não queria saber de ninguém. Me isolava. Ficava ali, passava horas(...)Aí dá escola que eu fui vendo pessoas. Aí fui me adaptando. Aí depois que eu consegui, a Traços ela paga para nois né? Para nois um psicólogo” (Marília, 48 anos).

Isto é, durante as entrevistas também foram pontuadas as dificuldades de acesso nesses abrigos, vistos por elas como extremamente importantes para a proteção, indo contra as diretrizes da Política Nacional de Inclusão a População em Situação de Rua, uma vez que há certa discriminação pela condição de gênero feminina (Brasil, 2008). Essa discriminação se dá, uma vez que, no Distrito Federal hoje tem apenas um centro de acolhimento, abrigo que aceite famílias -mães e seus filhos- e há apenas 1 abrigo em que o aceite é apenas feminino. Ou seja, nos outros abrigos normalmente há uma dificuldade no aceite dessas mulheres, pois é preciso que haja um quarto já anteriormente separado para ser ocupado por mulheres.

Ancorando-se na ideia de exploração e opressão, conjuntamente articulada com a alienação e objetificação como mecanismos de manutenção e estereótipos de forma relacionais, essas mulheres prontificaram ao contrário do imaginário coletivo (de Medeiros, 2020). Isto é, posicionando que um dos fatores protetivos é sim o cuidado com sua família, a união desse sistema, o fator de risco por sua vez, seria exatamente a necessidade do cumprimento desse estereótipo de como uma mulher em situação de rua deveria se comportar, sendo esse comportamento a abdicação de seu filho para abrigos, entidades como conselho tutelar, entre outros (de Medeiros, 2020). Como evidencia no trecho:

“O meu salário era de 308 reais, e eu cuidei dos meus dois filhos sozinha. O pai dos meus filhos ganhava um salário bom e me abandonou com meus filhos. E eu lutei com unhas e dentes pra cuidar dos meus filhos. E lá na minha cidade não era muito diferente daqui não, tinha conselho tutelar que era uma safadeza” (Maria do Carmo, 54 anos).

Desse modo, é preciso que nós como comunidade não só levantamos os fatores vistos por nós como protetivos e de risco, mas sim buscá-las, dar voz a elas, para que essas pensem conosco por meio do espaço de fala (Ribeiro, 2018), quais seriam as melhores

adaptações ou confecções das políticas públicas da capital brasileira, e escutá-las sobre como são vistas as formas de violências nos tratamentos entre agentes públicos e comunidade feminina das ruas.

4.4 A subjetividade frente às ruas

Os processos de subjetivação nesse projeto, ao tratar de uma comunidade que reside nas ruas, compreende a cidade como organismo vivo, produtor de subjetividades e de formas dos sujeitos serem (Mello, 2022). Em que essas subjetivações reproduzem apetrechos históricos, políticos, sociais e culturais, indo contra as noções clássicas da Psicologia, das Ciências Sociais e dos saberes Biomédicos, e por isso adota essas subjetividades como organizações e consolidações de cunho social. Afinal, as construções subjetivas têm como base a via de um poder disciplinar, normalizador, controlador e verticalizado, em que essas, possibilitam a produção de lugares de interioridade e individuação, importantíssimo para a construção e manutenção do sistema capitalista em que estamos inseridos (Leite & Dimensteins, 2002).

Desse modo, pretende-se trabalhar sobre algumas temáticas que foram identificadas sendo representações de uma visão do social. Isto é, conforme exposto por Brito (2006) entende-se como uma forma de reorganização, vinculada a como essas mulheres viam a sociedade, e quais seus principais posicionamentos ideológicos a partir da experiência nas ruas. O neoliberalismo e a constituição de sociedade pautada no dinheiro e na desigualdade, faz com que torne-se presente nos discursos dessas mulheres o impacto de falas de figuras públicas exercendo a verticalização do poder, a opressão (Foucault, 2005). Assim como exposto:

“O governo tem que pensar muito bem antes de abrir a boca pra falar mal das pessoas, porque eles não sabem o que acontece dentro da casa de um ser humano” (Shirley, 42 anos).

“Na própria palavra de Deus já fala, é mais fácil passar um camelo flutuar a luta, do que o rico entrar nos reinos do céu” (Maria do Carmo, 54 anos).

“Como eu fui criada numa família muito pobre, mas muito pobre mesmo, com muita fome quando eu era criança, eu sei lidar com esse tipo de comportamento. Porque isso se chama: Psicologicamente uma pessoa que sabe

exercer seus próprios fazer do dia-a-dia, sem pensar no... Sem ser egoísta, to falando dessas pessoa egoísta” (Marília, 48 anos).

Esse processo de individuação tem como base a violência setorizada, isto é, a violência antes mencionada como necropolítica, violência a um público específico com suas inúmeras e agressivas expressões das estereotípias sobre as mesmas. Dessa forma, é uma maneira do sistema manter o assujeitamento dessas mulheres, por meio dos jogos de verdade que as condicionam a posições de inferioridade, de isolamento para que por sua vez possam controlá-las (Mello, 2022). Em que apesar dos inúmeros esforços, essas mulheres defendem seus processos de subjetivação colocando como possibilidade a reivindicação a uma luta coletiva, a resposta de ira frente a um grupo social específico - “o rico”-, expondo suas “formas-subjetivas” desviantes, contra a etiquetagem de como deveriam ser -submissas, servas.

Outro ponto é de que nesses momentos de reivindicação, de crise, revela-se, como pontuado por Rechtand e Leal (2000), as expressões das subjetividades. Em que mesmo com inúmeras violências acometidas a elas, uma das lutas em comum é a busca pela educação emancipatória, da profissionalização. Ao mesmo tempo que posiciona-se de forma precisa quais são suas ambições, seus objetivos, apesar do sistema aliená-las sobre as possibilidades de viver para além da sobrevivência (Mbembe, 2016; de Medeiros, 2020).

“Como eu sou curiosa, veja onde eu vou chegar. Eu tenho que voltar a estudar, voltar pra minha faculdade de História. Porque eu aprendi a sonhar acordada, tem gente que sonha dormindo, eu sonho acordada e coloco meu objetivo em prática” (Marília, 48 anos).

“Eu adoro um desafio. E o desafio que eu entro, eu entro pra ganhar. Eu jamais dou uma boiada pra perder, e eu nao entro numa guerra pra perder, entro pra ganhar” (Shirley, 42 anos).

Expõem-se também a ideia de autogoverno frente a essa subjetivação, isto é, expressa-se como essas mulheres rompem as estereotípias, os apetrechos de poder que limitam suas práticas e saberes, buscando experienciar o máximo de si mesmas. Assim, os *desafios/curiosidades* são formas de expressar a obra de arte que foi feita e faz aquelas mulheres com elas mesmas (Foucault, 1994; Sousa Filho). Uma forma de se degustarem e acreditarem em si, apesar de serem vendidas as ideias de que elas não conseguiriam.

Desse modo, ao aplicar a noção de saúde/doença utilizando de referenciais classistas, racistas, misóginos, essas mulheres nunca conseguiriam alcançar a tal “saúde mental”. Precisando adotar uma noção frente a subjetividade dessas mulheres como permeada por inúmeras violências, antes mencionadas e outras não-ditas nesse projeto. Isso significa dizer que a experiência de escutá-las e buscar compreender suas vivências, deve ter como certeza que quaisquer noções, estereótipos ou “clichês” que seriam esperados, não serviriam para nada além de manter estruturas de poder antes mencionadas. Assim, a certeza é de que ainda há uma prática governamental que anula a busca de uma resposta efetiva às necessidades dessas mulheres, acolhendo-as inclusive no tocante à saúde psíquica (Ackerman, 2014). Por sua vez, fez com que essas participantes, pela extrema tristeza experienciada nessa sobrevivência e resistência, fossem mobilizadas a essa condição de vulnerabilidade, as ruas, a pobreza e a miséria, como exposto:

“Eu tive uma depressão. Eu tive um desgosto grande com o filho, aí eu saí da onde eu morava em São Luiz. Peguei ônibus sem destino, pedindo carona para o Distrito Federal. Fiquei ali pelas rodoviárias. Aí encontrei também outras pessoas em situação de rua” (Maria do Carmo, 54 a.)

“Eu entrei em crise depressiva e sai né? Não quis saber de ninguém, saí no mundo sem destino. Ai vim parar no Distrito Federal. Ah.... (Tempo em silêncio) Isso daí eu fui com o tempo né? Eu fiquei isolada nesse período, até como eu te falei, foi um resgate para ir para a escola” (Marília, 48a.)

Esse condicionamento frente a miséria e o sofrimento, perante as falas, ainda expõe-se a ideia de cidade enquanto espaço-dispositivo. Sendo essa noção, deleuze-foucaultiana, pois entende a episteme, o rizoma que assujeitam essas mulheres (Mello, 2022). Ou seja, grande parte dessa insuficiência governamental frente à saúde da comunidade de rua parte pela necessidade de exclusão urbana, de racismo ambiental, que busca marginalizar -tornar margem- no Distrito Federal o real cenário de sofrimento, tristeza, solidão e violência que acometem os viveres dessas mulheres. Isso é, vende-se na capital brasileira uma “cidade utópica” cujo não vê-se -se não buscar observar- miséria, comunidades de rua, sujeira, tristeza, solidão, racismo ou quaisquer rupturas de uma norma, padrão embranquecedor-elitista (Palombini, 2009).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa teve como público alvo pessoas em situação de rua identitárias do gênero feminino, em que evidenciou algumas vivências cotidianas de violências físicas, sexuais, de gênero, além das violações de direitos cidadãos que estão submetidas pela extrema vulnerabilidade. Apesar dessa compreensão, essa pesquisa vai “além”, isto é, busca desenvolver de forma crítica e teórica quais são os conjuntos de táticas e estratégias de resistência que permitem o lutar contra a sobrevivência, em prol de um viver, articulando com a compreensão dessas mulheres sobre as políticas públicas para a comunidade em questão.

Assim, por meio da utilização de uma entrevista semi-estruturada com as três integrantes e a devida transcrição e análise dos dados obtidos, foi possível obter algumas elucidações sobre a temática. Como trabalhamos nos quatro eixos da tópica Resultados³. Como objetivo geral era a compreensão das vivências dessas mulheres no recorte do Distrito Federal perante os diversos apetrechos das políticas públicas, e o objetivo específico era de desenvolver um espaço de fala legítimo para tirar elas da condição da invisibilidade, podendo promover uma maior compreensão sobre a subjetividade frente às ruas, acredita-se que esse projeto alcançou seus objetivos.

Entretanto, prontifica-se que para uma compreensão maior sobre as estratégias de enfrentamento e resistência, a história de vida de mais mulheres nessa situação, permitirá um maior entendimento sobre a complexidade do cenário feminino nas ruas. Por isso, sugere-se que a continuidade desses estudos seria importantíssima, buscando aumentar o leque de mulheres participantes. Além disso, entende-se que as limitações desse projeto perpassam nessa compreensão sobre o perfil dessas mulheres, uma vez que o recorte de participação foi pequeno, e também na articulação com o roteiro de entrevista poderia ter a devida adaptação da pergunta e reformulação de outra buscando alcançar ainda mais as estratégias de resistência. Assim, entende-se que houve a dificuldade no recrutamento das participantes, uma vez que, os pesquisadores, agentes da saúde ainda não possuem uma representação positiva frente essas mulheres, fazendo-as se sentirem desconfortáveis para

³Caracterização das participantes; Fatores de risco para população nas ruas; Fatores protetivos pela assistência pública; Subjetividade nas ruas.

tais estudos, e as burocracias para a entrada na pesquisa frente a centros sociais comunitários e/ou abrigos femininos no Distrito Federal.

Portanto, é essa pesquisa que acrescenta a compreensão da vivência feminina nas ruas, expõe que o desenvolvimento de um nível superior de ensino não protege contra a miséria no país, e tão pouco há devida capacitação e contratação da população periférica preza os direitos trabalhistas. Dessa forma, fica perceptível que, como resposta a essa insuficiência em empregar essas moradoras de cidades mais carentes, os agentes públicos, seja entidades representativas da comunidade (deputados, senadores, governadores ou o presidente da república), seja agentes de segurança pública (polícias, militares, etc), ainda reproduzem violências institucionais de forma discrepante e frequente. Ou seja, utilizam-se desse mecanismo de poder que oprime a população favelada e condicionam a pobreza pela falta da devida contratação responsável, cometendo inúmeras violências e justificando-as com estereótipos pejorativos do que viria ter e ser essas pessoas que compõem essa comunidade. Em que, quando aplicada às PP's conforme previsto na Constituição Federal Brasileira, protege, acolhe, torna um pouco mais próximo da equidade necessária, e quando não, torna-se apenas mais um fator de manutenção das necropolíticas. Por isso, finaliza-se uma análise geral do cenários resistência como forma de proteger suas subjetividades, buscar por um sonho, pelo "amanha". Afinal, o amanhã é a possibilidade de mudança, de fazer diferente, e de armar contra as opressões, mas principalmente, de buscar o viver para além da sobrevivência.

REFERÊNCIAS

- Agência Brasília (2021); Como orientar a população em situação de rua. Disponível em: <https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/2021/03/03/como-orientar-a-populacao-em-situacao-de-rua/>
- Agência Brasília (2020). Vagas de acolhimento para população em situação de rua. Disponível em: <https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/2020/09/24/vagas-de-acolhimento-para-populacao-e-m-situacao-de-rua-102-nesta-quinta/>
- Ataides, C. P. (2018). Fatores de Risco e Proteção para a Situação de Rua.
- Barreto, S. M., Pinheiro, A. R. D. O., Sichieri, R., Monteiro, C. A., Schimidt, M. I., Lotufo, P., ... & Passos, V. M. D. A. (2005). Análise da estratégia global para alimentação, atividade física e saúde, da Organização Mundial da Saúde. *Epidemiologia e serviços de saúde*, 14(1), 41-68.
- Biscotto, P. R., Jesus, M. C. P. D., Silva, M. H. D., Oliveira, D. M. D., & Merighi, M. A. B. (2016). Compreensão da vivência de mulheres em situação de rua. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, 50, 749-755.
- Borda, F. A. L. S. (1983). Orlando. Aspectos teóricos da pesquisa participante: considerações sobre o papel da ciência na participação popular. *Pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense.
- Bourdieu, P. (1983). Questões de sociologia. Rio de Janeiro: Marco Zero.
- Bourdieu, P. (2005). O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Bourdieu, P. (2007). A distinção: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp.
- Burke, K. (1969). *A rhetoric of motives*. Univ of California Press.
- Jardon, C. (2020). Campanha de Planejamento do Distrito Federal (CODEPLAN). Estudo vai traçar perfil das pessoas em situação de rua. Retirado de: <https://www.codeplan.df.gov.br/estudo-vai-tracar-perfil-das-pessoas-em-situacao-de-rua/>. Recuperado em: 05/07/2022.
- Censo da população em situação de rua da cidade de São Paulo, 2015; São .Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social. Disponível em: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/assistencia_social/observatorio_social/2015/censo/FIPE_smads_CENSO_2015_coletivafinal.pdf
- CODEPLAN (2022). Perfil de Pessoas em situação de rua no DF. Governo do Distrito Federal. Disponível em: https://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2022/06/SE_perfil-da-Populacao-em-Situacao-de-Rua-no-Distrito-Federal.pdf
- de Barros, M. G. (2021). (Necro) política de drogas: uma guerra abjeta contra pobres e negros no Brasil. *Mosaico*, 13(20), 504-524.
- Deleuze, G. (1992). Conversações. Rio de Janeiro: Editora 34.
- Demo, P. (1984). Pesquisa participante: mito e realidade. *Em Aberto*, 3(20).
- de Melo, M. C. H., & de Carvalho Cruz, G. (2014). Roda de conversa: uma proposta metodológica para a construção de um espaço de diálogo no ensino médio. *Imagens da Educação* ISSN 2179-8427, 4(2), 31-39.
- Distrito Federal (CODEPLAN). Disponível em: <https://www.codeplan.df.gov.br/estudo-vai-tracar-perfil-das-pessoas-em-situacao-de-rua/#:~:text=Em%202020%2C%20foi%20sancionada%20a,acompanhamento%20e%20o%20monitoramento%20das>

- Donoso, M. T. V., Bastos, M. A. R., Faria, C. R. D., & Costa, A. A. (2013). Estudo etnográfico sobre pessoas em situação de rua em um grande centro urbano. *Reme: Revista Mineira de Enfermagem*, 17(4), 894-901.
- Freire, P. (1968). *Pedagogia del oprimido*.
- Foucault, M. (2003). *Ditos e escritos III – Estética: literatura e pintura, música e cinema*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Foucault, M. (2005). Microfísica do poder. In *Microfísica do poder* (pp. 295-295).
- Galvão, E. (2012). A invisibilidade dos profissionais de nível técnico e fundamental na área da saúde. *Coletânea da Academia de Letras de Brasília*.
- Gaspari, E. (1990). *A ditadura acabada* (Vol. 5). Editora Intrínseca.
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. Editora Atlas SA.
- IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (2010). *Brasil em desenvolvimento: Estado, planejamento e políticas públicas*. Brasília.
- Japiassu, H. (1996). *A crise da razão e do saber objetivo: as ondas do irracional*. Letras e Letras.
- Koller, S. H., & Hutz, C. (1996). Meninos e meninas em situação de rua: Dinâmica, diversidade e definição. *Coletâneas da ANPEPP*, 1, 11-34..
- Laville, C., & Dionne, J. (1999). A construção do saber. *Belo Horizonte: UFMG*, 340, 1990.
- LEI Nº 11.340, 2006; Planalto.gov. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm
- Leite, J. F. & Dimenstein, M. (2002). Mal-estar na Psicologia: a insurreição da subjetividade. *Revista Mal-estar e Subjetividade*, 2 (2), 09-26.
- Lewinson T, Thomas ML, White S (2012). Traumatic transitions homeless women’s narratives of abuse, loss, and fear. *Affilia J Women Soc Work*. 2014;29(2):192-205.
- Máquina do Tempo: O Brasil de Volta ao Mapa da Fome, 2020;FJP-MG. Disponível em : <http://fjp.mg.gov.br/maquina-do-tempo-o-brasil-de-volta-ao-mapa-da-fome/>
- Marx, K., & Engels, F. (1848). *Manifesto comunista*. Boitempo Editorial.
- Mbembe, A. (2016). Necropolítica. *Arte & Ensaios*,(32), 123-151.
- Mello, L. C. D. A. (2022). Pessoas em situação de rua: resistência e invenção do cotidiano no contexto do Distrito Federal.
- Monnerat, G. L., & Souza, R. G. D. (2011). Da Seguridade Social à intersetorialidade: reflexões sobre a integração das políticas sociais no Brasil. *Revista Katálisis*, 14, 41-49.
- Morin, E. (1999). *O pensar complexo: Edgar Morin e a crise da modernidade*. Editora Garamond.
- Nunes, G. C., Nascimento, M. C. D., & de Alencar, M. A. C. (2016). Pesquisa científica: conceitos básicos. *Id on Line Revista de Psicologia*, 10(29), 144-151.
- Oliveira, J. A. S. D., Furtado, L. A. C., & Andreazza, R. (2022). (In) visibilidades das violências na produção do cuidado com as pessoas em situação de rua. *Interface-Comunicação, Saúde, Educação*, 26.
- Pacheco, M. E. A. G. (2014). Políticas públicas e capital social: o Projeto Consultório de Rua. *Fractal: Revista de Psicologia*, 26, 43-58.
- Palepu A, Hubley AM, Russell LB, Gadermann AM, Chinni M. (2012) Quality of life themes in Canadian adults and street youth who are homeless or hard-to-house: a multi-site focus group study. *Health Qual Life Outcomes*;10:93.
- Palombini, A. L. (2009). Utópicas cidades de nossas andanças: flânerie e amizade no acompanhamento terapêutico. *Fractal: revista de psicologia*, 21(2), 295-318

- Rechtand, M., & Leal, E. (2000). Notas sobre a emergência psiquiátrica. *Cadernos do IPUB, Rio de Janeiro, IPUB-UFRJ*, (17).
- Ribeiro, D. (2019). *Lugar de fala*. Pólen Produção Editorial LTDA.
- Sarmiento, C. S. (2017). O gênero na rua: um estudo antropológico com as mulheres em situação de rua em Porto Alegre.
- Safatle, V., da Silva Junior, N., & Dunker, C. (2021). *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico*. Autêntica Editora.
- Selltiz, C., WRIGHTSMANN, L., & COOK, S. (1967). Planejamento de pesquisa: estudos exploratórios e descritivos. *Métodos de Pesquisa nas Relações Sociais. São Paulo, Ed. Herder e Editora da Universidade de São Paulo, cap, 3, 57-90*.
- Zanello, V. (2016). Dispositivo materno e processos de subjetivação: desafios para a Psicologia.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Roteiro de Entrevista

Conte-me como foi o percurso da sua vida até a situação de estadia nas ruas.

Quais tipos de apetrechos públicos de assistência social (CRAS, CREAS, CAPS, UBS, UPA, etc) você já foi usuária?

Você já teve sua permanência em Abrigos, Albergues ou Centros POP? Se sim, me conte como foi.

Como você percebe a relação com funcionários de segurança pública (Polícia Civil, Militar, GTOP, etc, Seguranças dos espaços públicos como os seguranças das UBS, etc) ?

- Estratégias de cuidado (Alimentação, higiene, segurança, etc)

Como funcionam suas estratégias de cuidado que se dão na situação de rua, como a higiene pessoal?

Você se utiliza da distribuição de absorventes e coletores menstruais gratuitos?

Como você estabelece vínculo com a comunidade? Você estabelece vínculo com as pessoas em situação de rua? Se sim, como foi?

Como funciona seu dia a dia quanto à alimentação? Como você consegue alimentos? Você procura alimentos só para sua alimentação ou a de demais pessoas também?

Como funciona a sua proteção estando em situação de rua?Quais estratégias você utiliza para garantir sua segurança?

A quem você recorre em situações de perigo?

Como é sua percepção sobre sua segurança nos espaços das ruas? E no espaço domiciliar?

O que é a Rua para você?O que ela significa? Quais afetos a rua desperta?

ANEXOS

ANEXO A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE

“ Investigação sobre a subjetividade das mulheres frente violências vividas em situação de rua: um espaço de fala”

Instituição dos pesquisadores: CEUB

Professor Responsável: Dr. Leonardo Cavalcante de Araujo Mello

Pesquisadora: Ana Clara Galvão D’Avila de Araujo

Você está sendo convidado(a) a participar do projeto de pesquisa acima citado. O documento abaixo contém todas as informações necessárias sobre a pesquisa que estamos fazendo. Sua colaboração neste estudo será de muita importância para nós, mas se desistir a qualquer momento, isso não causará nenhum prejuízo.

Antes de decidir se deseja participar (de livre e espontânea vontade) você deverá ler e compreender todo o conteúdo. Ao final, caso decida participar, você será solicitado a assiná-lo e receberá uma cópia do mesmo.

Antes de assinar faça perguntas sobre tudo o que não tiver entendido bem. A equipe deste estudo responderá às suas perguntas a qualquer momento (antes, durante e após o estudo).

Natureza e objetivos do estudo

- O objetivo específico: compreender as vivências de mulheres no recorte geográfico da comunidade da Asa Norte, em Brasília, em situação de vulnerabilidade social, isto é, moradoras de rua perante os diversos apetrechos de políticas públicas.
- Objetivo geral: Desenvolver um espaço de fala legítimo que retire essas mulheres das condições de Invisibilidade e compreenda sobre a subjetividade das locutoras entre significante e significado que comunica suas vivências.
- Você está sendo convidado a participar exatamente por maior de idade, se identificar perante o sexo feminino e encontrar-se na situação de rua.

Procedimentos do estudo

- Sua participação consiste em participar de uma entrevista semi-estruturada de duração entre uma hora a uma hora e meia, expondo sua trajetória de vida nas ruas e sua percepção as políticas públicas;
- O procedimento é iniciar uma entrevista semi-estruturada para compreender mais sobre a vivência destas mulheres e suas histórias de vida. Por fim, será feita esta análise compreendendo as políticas públicas.
- Não haverá nenhuma outra forma de envolvimento ou comprometimento neste estudo.
- A pesquisa será realizada na rua, ou em contextos previamente combinados. Por exemplo, instalações no CEUB, como salas de aula e/ou clínicas escolas de psicologia.

Riscos e benefícios

- Em geral os riscos são mínimos e se referem ao fato de que os instrumentos de pesquisa podem gerar lembranças, memórias, afetos que elas venham a se

manifestar.

- Nestes casos a equipe de pesquisa conta com um profissional de psicologia e o Centro Formação de Psicólogos do CEUB (CENFOR).
- Os benefícios se referem devido ao fato das participantes poderem entrar em contato com seus processos de vida pessoal, seus direitos cidadãos, em que podem manifestar proveitosas elaborações sobre si, sua história, psique. Gerando, por sua vez, contribuições positivas para sua saúde mental.
- Medidas preventivas serão tomadas durante o experimento para minimizar qualquer risco ou incômodo. Desse modo, será realizado um monitoramento de um psicólogo formado e uma psicóloga em formação para quaisquer problemas ou situações incômodas das participantes.

Participação, recusa e direito de se retirar do estudo

- Sua participação é voluntária. Você não terá nenhum prejuízo se não quiser participar.
- Você poderá se retirar desta pesquisa a qualquer momento, bastando para isso entrar em contato com um dos pesquisadores responsáveis.
- Conforme previsto pelas normas brasileiras de pesquisa com a participação de seres humanos, você não receberá nenhum tipo de compensação financeira pela sua participação neste estudo.

Confidencialidade

- Seus dados serão manuseados somente pelos pesquisadores e pelo professor responsável pela disciplina, de modo que não será permitido o acesso a outras pessoas.
- O material com as suas informações ficará guardado sob a responsabilidade do pesquisador responsável com a garantia de manutenção do sigilo e confidencialidade. Os dados e instrumentos utilizados ficarão arquivados com a pesquisadora responsável até a conclusão da disciplina no final do semestre letivo.
- Caso queira ou possua dúvidas sobre sua participação entre em contato com a pesquisadora Responsável pelo email : ana.araujo@sempreceub.com ou pelo whatsapp : (61)98601-2000
- Os resultados deste trabalho poderão ser apresentados em encontros ou revistas científicas, entretanto, ele mostrará apenas os resultados obtidos como um todo, sem revelar seu nome, instituição a qual pertence ou qualquer informação que esteja relacionada com sua privacidade.

Se houver alguma consideração ou dúvida referente aos aspectos éticos da pesquisa, ou caso queira informar ocorrências danosas ou irregulares durante sua participação no estudo, entre em contato com o Professor Responsável da pesquisa Dr Leonardo Cavalcante de Araujo Mello pelo email: leonardo.mello@ceub.edu.br

Eu, _____ RG _____, após receber uma explicação completa dos objetivos do estudo e dos procedimentos envolvidos concordo voluntariamente em fazer parte deste estudo.

Este Termo de Consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pelo pesquisador responsável, e a outra será fornecida ao senhor(a).

Brasília, ____ de _____ de _____

Participante

Pesquisadora Responsável: Ana Clara Galvão D'Ávila de Araújo

Professor Responsável: Dr Leonardo Cavalcante de Araújo Mello